



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS | | | |
|-------------------------------------|---------------------|-------------------|-------------|
| EVENTO: Audiência Pública | REUNIÃO Nº: 1760/15 | DATA: 17/09/2015 | |
| LOCAL: Plenário 10 das Comissões | INÍCIO: 09h56min | TÉRMINO: 11h56min | PÁGINAS: 41 |

| DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO |
|---|
| MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Prefeito do Município de Santa Cruz do Arari, Estado do Pará. |

| SUMÁRIO |
|--|
| Apreciação de requerimentos. Oitiva de testemunha. |

| OBSERVAÇÕES |
|--------------------------|
| Houve exibição de vídeo. |



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Informo que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da Ata da 10ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2015.

Indago se há necessidade da leitura da ata.

Deputado Herculano, há a necessidade da leitura da ata?

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Peço dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Herculano Passos, em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico aos Deputados o recebimento dos seguintes expedientes: do Exmo. Sr. Iran Ferreira Sampaio, Juiz de Direito Substituto da Comarca de Cachoeira do Arari e Termos de Santa Cruz do Arari, que encaminha cópia do Processo Criminal nº 2013.3.0117737-5, solicitada no Requerimento nº 10, de 2015, do Deputado Ricardo Tripoli, o qual, em vista do caráter sigiloso, estará à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Comissão, mediante autorização do Presidente e assinatura de termo de compromisso; do Deputado Alexandre Serfiotis, justificativa de sua ausência dos trabalhos no dia 15 e 17 de setembro.

Ordem do dia.

A presente reunião consistirá em audiência pública tendo como objetivo prestar esclarecimentos sobre a matança de cães que teria ocorrido na cidade de Santa Cruz do Arari, no Pará.

Nesta oportunidade, contaremos com a presença do Sr. Marcelo José Beltrão Pamplona, Prefeito do Município de Santa Cruz do Arari, no Pará, atendendo o Requerimento nº 4, de 2015, do Deputado Ricardo Izar; e da Sra. Maria de Jesus, mãe de Lucas, testemunha morta em virtude dos desdobramentos do canicídio ocorrido na cidade de Santa Cruz do Arari, no Pará, pelo Requerimento nº 56, de 2015, do Deputado Herculano Passos.



Deputado Herculano, a D. Maria de Jesus perdeu o voo. Ela mora num lugar em que ela tem que pegar 5 horas de barco para chegar ao aeroporto. Ela chegou a Belém, mas perdeu o voo. Então, eu queria perguntar para o senhor, que é autor do requerimento, se nós...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão aqui, e acho que não vai ter nenhuma posição contrária: que nós votássemos em bloco os requerimentos que estão listados, porque regimentalmente é possível, e eu gostaria que votássemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós precisamos só esperar dar o quórum de 14 membros para deliberar.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - E vai começar a oitiva?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Começa a oitiva. Assim que der o quórum dos 14, paramos e fazemos a votação dos requerimentos. Pode ser em bloco mesmo. Temos só um requerimento de quebra de sigilo. Esse deveria ser votado separado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Então, excluímos esse e votamos em bloco os outros requerimentos. É a minha sugestão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ótima sugestão.

O que o Deputado Herculano Passos acha dessa questão da D. Maria de Jesus? Quer reconvidá-la ou abrimos mão dessa testemunha?

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Sr. Presidente, nós sabemos aqui que a CPI é para investigar os maus-tratos de animais, mas, muito acima dos animais, existe a morte de uma pessoa, nesse caso supostamente testemunha daquela matança de cães que houve na cidade. Com a dificuldade que ela tem, eu dispenso até a necessidade de chamá-la aqui, até porque é um caso de polícia — quem tem que investigar isso é a polícia, mas eu acho que a nossa CPI poderia dar mais substância para que essa investigação fosse feita.

Sabemos que, nessas cidades pequenas, onde tem Prefeito envolvido, mais gente poderosa envolvida, quando há a morte de uma pessoa, às vezes a investigação não é muito forte, e a gente tem que defender...

O mais grave de tudo isso foi a morte de uma pessoa, na minha opinião. Tudo bem, nós estamos defendendo os animais aqui, mas, acima dos animais, são as



peessoas. E como houve essa morte, gostaria muito de poder ajudar no depoimento e, talvez, provocar a Polícia Federal ou algum órgão que possa investigar melhor e possa dar força à apuração dos fatos.

Essa é a minha vontade. Agora, sei das dificuldades: cidade do interior, que precisa pegar barco, isso, chegar no aeroporto... Ela perdeu o voo. Até teve boa vontade. Chegou até o aeroporto e não pôde vir para cá. Fiquei sabendo agora dessa notícia. Eu tinha a informação de que ela já estava aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A Câmara deu hotel, deu passagem, deu tudo, só que ela perdeu o horário do embarque.

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Do embarque. Então, ficou prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Poderíamos solicitar a ela um depoimento via vídeo.

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - É. Pode ser uma videoconferência aqui conosco, um vídeo dela, ou vídeo dela falando alguma coisa, um depoimento dela. Podemos preparar algumas perguntas, passamos para ela, ela responde via vídeo, e discutimos essa questão aqui numa próxima reunião da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está bom.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu entendo e sei que esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que teria efeito legal. Agora, dada a dificuldade que nós temos para trazer essa pessoa aqui, eu acho que nós tínhamos que solicitar, talvez, por um ofício da CPI, à autoridade policial para que nos mande um relatório para podermos ver se tem fundamento. Porque traz aqui, e: *“Não, não é nada disso; é diz que diz que...”* Então, temos que trazer os fatos para a podermos ver se vem aqui, se vai avançar, se vai somar dentro daquilo que nós estamos buscando: levantar essa verdade.

Então, eu acho que nós deveríamos trazer os fatos aqui, porque nós não somos policiais. Policiais são os delegados lá, o pessoal que faz o inquérito e tem profissionalismo nisso. Trazendo, então, para nós, a gente verifica se há



necessidade de convidar as pessoas, trazê-las aqui. Na próxima Mesa, a gente toma essa decisão aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O inquérito que tem as oitivas dessa testemunha chegou para nós ontem, às 18 horas. Já está disponibilizado lá para os membros que quiserem...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu gostaria de ter acesso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Convido a tomar assento à Mesa o Sr. Marcelo José Beltrão Pamplona.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, já há quórum para deliberação. Eu gostaria que V.Exa. pudesse, então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos fazer deliberação.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - ...colocar a nossa proposta em pauta.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós estamos recebendo uma sugestão do nosso consultor chefe aqui: que quando se vota em CPI os requerimentos em bloco, corremos o risco de derrubada no Supremo. Podemos fazer um a um; a gente vai lendo. O que eles alegam é que não foi discutido requerimento por requerimento. Podemos ler rapidamente todos e vamos aprovando.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Têm que ser lidos todos eles, um a um... Não sei. Nós sempre trabalhamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não vai ter gente aqui para discutir muito mesmo. Podemos ler e...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Leia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, vamos começar.

Requerimento nº 63, de 2015, do Capitão Augusto, que *“requer a inclusão de mais quatro convocados para a oitiva na audiência pública que será realizada para esclarecer a matança e denúncia de cemitério ilegal de cães no Núcleo de Educação Ambiental Francisco de Assis (NEAFA) na cidade de Maceió/AL”*.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela aprovação.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 69, de 2015, da Sra. Raquel Muniz, que *“requer seja convidado o Sr. Deputado Estadual de Minas Gerais Noraldino Júnior”*.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Somos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em votação.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 64, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, que *“requer a oitiva do Sr. Ogari de Castro Pacheco, na qualidade de investigado, para prestar esclarecimento sobre verbas liberadas para o Instituto Royal”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 65, de 2015, da Sra. Tereza Cristina: *“requerimento, com fundamento no art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para que sejam solicitadas ao Exmo. Ministro da Saúde, Sr. Arthur Chioro, informações sobre a eficácia/vigência da Portaria Interministerial nº 1.426, de 11 de julho de 2008”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 66, de 2015, do Sr. Goulart, que *“requer a realização de audiência pública, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com a finalidade de discutir a experiência da implantação de delegacias e promotorias de defesa dos animais em Municípios do Estado de São Paulo”*.



Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Parlamentares que o aprovam...

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Herculano Passos.

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Eu só queria pedir para incluir um representante da zoonose de São Paulo nesse requerimento. Depois eu passo o nome da pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em discussão.

Em votação o requerimento com a sugestão do Deputado Herculano Passos.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 67, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, que *“requer a quebra do sigilo de dados telefônicos da Sra. Silvia Colletta Barreto da Costa Ortiz, ex-gerente do Instituto Royal”*.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 68, de 2015, do Sr. Ronaldo Nogueira que *“requer seja realizada audiência pública com o objetivo de tratar das ações desenvolvidas pelo Secretário Especial dos Direitos Animais, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre — RS, o Sr. Mauricio Silveira de Oliveira”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 70, de 2015, do Sr. Arnaldo Jordy, que *“requer sejam convidados o Sr. Flávio Mantovani, advogado, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da OAB de Maringá, e o Juiz Anderson Furlan, Presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais, para debaterem com os membros desta CPI sobre a dificuldade da defesa dos animais nos pequenos Municípios”*.



Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 71, de 2015, do Sr. Valdir Colatto, que *“requer a realização de audiência pública para esclarecer a matança de galos de rinha em vários Estados brasileiros, autorizada pelo IBAMA”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, como o quórum está baixo, eu gostaria de fazer algum comentário rapidamente sobre essa questão e mostrar aqui reportagem que recebemos.

No Piauí, o IBAMA mandou matar aves criadas naquele Estado sem ter a comprovação de que essas aves estavam doentes. Quero mostrar a V.Exa., aqui nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu vi essas fotos já.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - É uma barbaridade! Tudo bem que a rinha de galo está proibida, mas as aves não têm culpa disso. Proibir a rinha de galo é uma coisa, mas matar, como estão sendo mortas, as aves...

Acho que temos que levantar exatamente por que o IBAMA autoriza fazer isso e o crime que é isso. Nós temos aí criatórios legais, normais, que são feitos em todo o Brasil. Não há por que sacrificar as aves quando não estão aí no ato de rinha. E é da índole desse tipo de aves serem guerreiros, de se atacarem, mesmo quando criadas soltas, sem qualquer controle. Então nós temos que ver o que nós estamos fazendo.

Se o IBAMA realmente quiser que essas aves não estejam sob domínio das pessoas, que ele tenha um local adequado para fazer com que elas sejam abrigadas e bem tratadas, como todos os animais que nós estamos aqui defendendo contra maus-tratos. Então se nós estamos defendendo que é preciso tratar bem os animais, não é possível que IBAMA, que é o órgão que deve preservar o meio ambiente e os animais, pratique atos como esses que nós condenamos. Com certeza, a sociedade brasileira não aceita esse tipo de ação.



Então quero deixar aqui registrada a nossa contrariedade pelos atos que o IBAMA está praticando. E quanto às pessoas que realmente fizeram esse ato, eu acredito que nós precisamos responsabilizá-las e chamá-las para explicarem esses assuntos com os quais nós não concordamos.

Peço a aprovação do requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Herculano Passos.

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Os animais não têm culpa nenhuma de as pessoas promoverem briga de galo. Agora, exterminar uma espécie, uma raça... Porque a raça de galo de briga é nativa. O instinto natural do animal é brigar, quando treinado como é. É um absurdo matar essas aves, e, muitas vezes, não é nem para comer, até porque a carne do galo de briga é mais dura, mais difícil. Então, do jeito como foi mostrado na fotografia, era para matar e jogar fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exterminar. É.

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Quando se mata um animal para comer, isso é normal. Hoje, nos alimentamos de carne de boi, de carne de porco, de carne de galinha, de frango. Agora, isso aí é um absurdo. Matar por matar é crime. Então é um absurdo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em discussão e votação o requerimento do Deputado Valdir Colatto.

O Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 72/15, do Sr. Marcos Montes: *“requero, nos termos regimentais, que seja incluído um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA na audiência pública que debaterá a criação, manejo, transporte e abate de animais para consumo, e políticas públicas de bem-estar animal no setor produtivo”*.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)



Aprovado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Presidente, nesse ato aqui, eu gostaria de, depois, acrescentar um representante da Cooperativa Aurora, de Santa Catarina, para trazer o relato do que está sendo feito ali pelo controle de maus-tratos de animais; como é que, no frigorífico, eles tratam os animais no abate; para que as pessoas saibam todo o trabalho e cuidado que vem sendo feito ali; para que as pessoas saibam que não há maus-tratos de animais no ato do abate, principalmente na suinocultura, em Santa Catarina. O Estado é um exemplo para o Brasil e precisa ser mostrado. Às vezes, as pessoas acham que o abate animal é algo violento e sem responsabilidade.

Então, eu gostaria que nesse requerimento... Depois eu indicaria a pessoa para vir aqui mostrar como isso funciona lá, para que possamos olhar também o lado bom das coisas. Porque nós estamos aqui vendo os maus-tratos, mas há os “bons tratos”, exemplos que estão acontecendo e que nós também temos que mostrar.

Então eu gostaria de, se possível, acrescentar nesse requerimento um representante da Cooperativa Aurora, de Santa Catarina, para vir aqui fazer a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em discussão a sugestão do Deputado Valdir Colatto. *(Pausa.)*

Em votação o Requerimento nº 72/15, do Sr. Marcos Montes, acrescido do convidado do Deputado Valdir Colatto.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 73/15, do Sr. Ricardo Tripoli, que *“requer a convocação dos representantes do Frigorífico Raja Ltda. e da Concessionária CCR Rodoanel - trecho Oeste, para oitiva em audiência pública anteriormente requerida e aprovada por esta Comissão”*.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Peço ao Deputado Ronaldo Nogueira que assuma os trabalhos, porque os próximos requerimentos são de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - Requerimento nº 74, de 2015, do Sr. Ricardo Izar, que *“requer a oitiva dos Srs. Sandoval Cardoso, ex-Deputado Estadual do Estado de Tocantins, investigado por abater uma onça pintada; Joaquim Henrique Montelo Moura, Superintendente do IBAMA no Estado de Tocantins; e Tenente-Coronel Félix Francisco dos Santos Neto, Comandante da Companhia Ambiental de Polícia Militar Ambiental de Tocantins”*, na qualidade de investigado e testemunhas, para prestar esclarecimentos sobre o abate de uma onça pintada.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Deputado Valdir Colatto, eu vou contar esse fato que aconteceu um tempo atrás. Um Deputado do Tocantins matou uma onça e postou a foto dele com o animal no Facebook, como se aquilo fosse um negócio bonito.

À época, nós ficamos estarecidos com a notícia e enviamos alguns ofícios, em nome da Frente Parlamentar em Defesa dos Animais, ao Deputado, ao Ministério Público e à Polícia Ambiental. Mas não recebemos nenhuma resposta. A única resposta que nós recebemos foi do Presidente do Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Tocantins, que era o próprio Deputado, dizendo mais ou menos o seguinte: *“Você toca a sua vida aí, que eu toco a minha vida aqui”*.

Então, eu queria convocá-los agora para saber o que aconteceu com esse fato. Se esse fato foi adiante, se houve denúncia, ou, se por ele ser um Deputado Estadual, nada aconteceu.

Por isso, peço a aprovação do requerimento aos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu acho justificável o requerimento, mas nós vamos ter que fazer muitos deles, porque pescadores e



caçadores são todos iguais, o que não é o meu caso, porque eu não caço nem pesco.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu queria dar o meu apoio a esse requerimento, porque, de fato, ele é simbólico. Há muitos caçadores, mas não há preocupação de ver qual espécie que está sendo caçada e se há autorização para caçá-la. Portanto, é simbólico no caso da onça, porque ele quer demonstrar aquela relação de domínio sobre a fera que está lá. No entanto, não há preocupação com o fato de que se está caçando uma espécie em extinção.

Então, quero deixar aqui o meu apoio a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 75, de 2015, do Sr. Ricardo Izar, que *“requer a oitiva da Sra. Ingrid Dragan Taricano, Diretora Científica do Instituto Royal, na qualidade de investigada, para prestar esclarecimentos sobre os maus-tratos a animais no Instituto Royal, situado no Município de São Roque/SP”*.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, eu acho que o requerimento é autoexplicativo. Já conhecemos bem esses fatos que aconteceram no Instituto Royal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

O Requerimento nº 76, de 2015, do Sr. Ricardo Izar, que requer que seja convocado o Exmo. Sr. Ministro da Saúde, o Sr. Arthur Chioro, para prestar esclarecimentos sobre políticas públicas de combate às zoonoses, vou retirar por



ofício, tendo em vista que se encaminha o entendimento entre o autor do requerimento, esta Comissão e o Ministério para tratar sobre o assunto.

Então, por enquanto, nós retiramos o requerimento de ofício.

Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, quero apenas lembrar aqui que quanto ao Requerimento nº 65, não está bem claro se foram solicitadas informações ou a presença do Ministro Arthur Chioro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - São só informações.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - São informações somente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - É um pedido de informações.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Também estaria num acordo que está sendo combinado nesta reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - Esse requerimento trata de outro expediente. A Comissão precisa dessas informações para constar nos autos do processo. Não se trata de convocação e chamada do Ministro, mas de mero rito processual.

Neste momento, eu convido o Deputado Ricardo Izar, Presidente desta Comissão, para reassumir os trabalhos como tal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Convido para compor a Mesa o Deputado Herculano Passos, Sub-Relator, e o Deputado Nilto Tatto.

Sr. Marcelo José Beltrão Pamplona, advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor do requerimento aprovado, sendo-lhe garantidos os direitos constitucionais, entre os quais o exercício da prerrogativa constitucional contra a autoincriminação, o direito de ser assistido por advogado ou, em falta deste, de ser-lhe nomeado defensor *ad hoc* e de com este comunicar-se pessoal e reservadamente durante o curso do depoimento e o direito de ver respeitadas sempre em seu próprio benefício as prerrogativas profissionais previstas no art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994, Estatuto da Advocacia.

Comunico aos Srs. Deputados que o depoente está sob a proteção de *habeas corpus* concedido pela Exma. Sra. Juíza Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, que garante ao investigado os direitos ao silêncio, à assistência por advogado



durante este ato, de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos com esse conteúdo e de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.

Advirto o depoente de que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Marcelo José Beltrão Pamplona.

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, Srs. Deputados; bom dia a todos e a todas. Eu queria aqui justificar a minha ausência na primeira convocação, até porque eu recebi a notificação um dia antes da audiência e não pude estar presente, mas estou aqui para prestar os esclarecimentos, colaborando, mas, por orientação do meu advogado, pois que a gente já está respondendo a um processo penal, ainda não foram ouvidas algumas testemunhas tanto de acusação quanto dos réus, a gente... o direito ao silêncio, mas naquilo que eu puder colaborar, com certeza, eu vou colaborar com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Sub-Relator, Deputado Herculano Passos.

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Bom, pressupondo que poderá ficar em silêncio, já fica mais difícil perguntar o que aconteceu.

Eu já fui Prefeito, tenho experiência em administrar uma cidade por dois mandatos. Procurei fazer a minha parte em relação a cuidar das pessoas e dos animais, para que pudéssemos garantir a saúde e a vida dos animais e das pessoas.

Como foi dito nesta própria CPI, nós já fizemos um trabalho e vamos visitar a zoonose da minha cidade para mostrar como se tratam os animais, como se respeitam os animais.

Então, é um exemplo que não adianta conversa mole, papo furado; tem que mostrar. Quem esteve no Executivo tem que falar e apresentar o que se fez e o que se faz.

Lá, nós temos um cuidado enorme com os animais. Em relação à zoonose, é para cuidar da saúde humana, porque os animais transmitem as doenças. Mas, no nosso caso, damos assistência veterinária gratuita para as pessoas carentes que



têm animais e não podem pagar um veterinário. Isso é muito importante, porque muita gente não pode pagar um veterinário, e tem seu cachorro, seu gato, seu animal. E nós proporcionamos essa condição de cuidar dos animais da cidade, que é responsabilidade do Prefeito.

Da mesma forma, nós fazemos a castração de todos os animais. Os animais que estão na zoonose, às vezes na rua, doente, nós recolhemos, tratamos, castramos e depois fazemos um trabalho de doação, para que as pessoas possam adotar os animais e deles cuidar na sua própria casa. É um trabalho que tem que ser feito porque é uma vida que está ali.

Então, em relação a tudo isso, que vai servir de exemplo aqui, eu tenho certeza de que esta CPI, visitando o que foi feito e está sendo feito na cidade de Itu, fica estarecida com o que ouvimos dizer e o que falaram das matanças de cachorro na cidade. Pelas informações que nós temos, isso é feito a mando do Prefeito, que até pagou um valor para capturar cachorros para que fossem sacrificados.

Então, eu queria que o senhor, Prefeito, esclarecesse isso e falasse sobre o assunto antes de nós perguntarmos, porque foi muito vago. Esses 20 minutos foram resumidos aqui em 30 segundos. E nós não tivemos informação nenhuma até para poder questionar, até para poder fazer as perguntas. Quanto ao que o senhor falou aqui, nós já sabemos de muita coisa. Nada foi dito.

Então, para que nós possamos argumentar e debater o assunto, temos de conhecer a história, o seu lado da história. O outro lado, nós já conhecemos. Gostaríamos de saber o seu lado, para que pudéssemos fazer as perguntas e os questionamentos.

Então, essa é a minha pergunta. Eu gostaria de um relatório seu aqui.

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Bem, Deputado, a população de Santa Cruz do Arari vinha insistentemente à Prefeitura pedir que nós tomássemos providências com os cães que estavam na rua. Encaminhamos — não sei se está nos autos — um ofício, a Secretária de Saúde encaminhou um ofício para a 7ª Regional, que é responsável pelo nosso Município, que encaminhou para o Secretário, que encaminhou para a zoonose. E não foi tomada nenhuma providência. E os cães do Município, quando chega a época do verão, vão todos para o centro da cidade. Aliás, no inverno vão todos para o centro da cidade e



atacam as crianças, atacam os animais. No verão, eles vão para o campo, comem a criação dos produtores. E o que ocorreu? Não tomei nenhuma providência porque não tinha condições, até porque no Pará, se eu não me engano, só há duas zoonoses que funcionam, que é em Belém e parece que em Marabá. No resto do Estado todinho não tem zoonoses, porque não se tem uma infraestrutura e nem recursos para isso. E a população tomou as providências para que saneasse essa situação — eu estava ausente do Município, tem gente que diz que eu estava, mas eu estava ausente do Município — e pediu a colaboração do Secretário, que pudesse dar um transporte para levar a outro lugar que outro levava à outra região por uma solicitação do morador, para entregar para os ribeirinhos os cães, a fim de servirem como caça, tendo em vista que essa comunidade de ribeirinhos vive do extrativismo e da caça. Parece que assim foi feito e jogaram nas redes sociais. A gente sabe que a população laçou os cães de forma correta — se bem que o chefe da Regional de Belém diz que a forma de se pegar o cão é no cambão e na corda, mas são cães ferozes. Foi filmado e transformaram isso em política. Durante acho que 3 ou 4 meses, eu acho que não teve um Prefeito mais detonado neste País do que eu, inclusive proibi até meus filhos de verem televisão, lerem jornal, e assim foi. É uma questão política; tudo o que aconteceu jogaram nas minhas costas, e até hoje, em Belém, colocam cartazes. E a gente está respondendo a processo e está esclarecendo as coisas. Fui afastado por 3 meses por causa dessa situação. Havia uma alegação de que eu estava ameaçando as testemunhas, e eu — lendo os autos — vi que todas as testemunhas que foram ouvidas disseram que eu não ameacei realmente ninguém. Isso trouxe um prejuízo político para mim, porque passei 3 meses sendo acusado de uma coisa que não fiz. Não há nenhuma portaria, não há um decreto autorizando alguém a capturar cães em nosso Município. Hoje a situação continua a mesma. E, com a divulgação nas redes sociais, apareceram as ONGs, que hoje desapareceram do Município — os cães estão lá —, conseguiram recursos com essa divulgação, todo mundo ganhou dinheiro, mas os cães continuam em Santa Cruz. Então, essa foi a situação que ocorreu no Município, e eu estou pagando um preço muito alto por uma coisa que eu não autorizei. Isso é o custo político de um político adversário. Foi a segunda eleição minha, ganhei com três candidatos. Por isso estou pagando esse preço, mas no que eu puder colaborar



aqui vou colaborar e dizer que os recursos da Zoonoses são muito poucos, e a maioria, eu acho, dos Municípios pequenos deste País não tem condições das demandas. Em Belém tem mais de 30 mil cães de rua, e o diretor da Zoonose diz que não é uma função da Zoonose buscar os cães na rua para levar para algum amparo, até porque o próprio Estado não tem condições de manter esses cães. Porque a Zoonose não cuida só de cães, cuida de morcego, de cabra, de tanta coisa, são várias demandas. Então, se o Estado não tem condições, imaginem um Município dentro da Ilha de Marajó, de 8 mil habitantes, com poucos recursos. Então, foi isso o que aconteceu, e o problema continua. Inclusive eu já estive na UFRA, a Secretária esteve com o pessoal da Zoonose do Estado, e eles, a própria Universidade Rural do Estado do Pará não quer se envolver mais nessa situação de captura de cães por causa dessa repercussão. Os funcionários da Prefeitura de Santa Cruz não querem se envolver em captura de nada. Os cães estão lá, e quem vai resolver esse problema? Fizeram um estardalhaço político que causou outro problema, porque até as instituições que têm condições de vacinar e castrar os cães não querem mais fazer isso. Inclusive, a UFRA, junto com a Zoonose do Estado, pediu uma audiência pública com o Ministério Público no Município. Foi passado para o Ministério Público, e até hoje o Ministério Público não compareceu no Município para fazer essa audiência pública, para a gente sanear essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Ronaldo Nogueira.

O SR. DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Prefeito Marcelo José Beltrão Pamplona e só deixar um registro, tendo em vista que o Prefeito manifestou o seu direito constitucional de ficar em silêncio e mesmo assim tem procurado fazer alguma manifestação.

Prefeito, na criação, os seres humanos e também no mundo animal... O senhor sabe que há alguns animais, principalmente alguns mamíferos, e entre eles os cães, que são seres sensíveis. Isto quer dizer que eles têm memória e têm sentimento. E o que os diferencia dos seres humanos é a capacidade de racionalidade e o poder maior de escolha. Há uma dimensão maior nesse entendimento de que o homem se diferencia dos animais porque tem corpo, tem alma e tem espírito, enquanto que os animais só têm um corpo e uma alma vivente,



não têm um espírito eterno, assim como é o do homem. Muitas vezes, o homem perde a oportunidade e a racionalidade ao revelar-se a crueldade do seu interior.

Há pouco se falou aqui daquele Deputado Estadual de Tocantins que exibiu como um prêmio a caça de uma onça pintada. Eu fico pensando se fosse o inverso: pegar uma pessoa dessas e colocar numa extensão para ser caçado por um superior dele. Qual seria a reação dele numa condição de inferioridade?

E parece-me que uma política pública de um ente federado, no caso, quem exerce um cargo tem uma responsabilidade maior. A quem muito é dado muito será pedido também. E, nesse contexto das políticas públicas, além de elas serem abrangentes no que diz respeito ao cuidado com a terra, porque essa é a responsabilidade do homem nesta terra, é cuidar da terra, cuidar dos animais e estabelecer uma boa relação com os seus semelhantes. Essas políticas públicas devem ser abrangentes também no que diz respeito ao cuidado com os animais. O homem tem capacidade e tem condições de estabelecer um determinado controle sem que isso cause sofrimento para esses animais.

O senhor está novamente no exercício da função de Prefeito, não é isso? O senhor ficou afastado por 3 meses. E o senhor usou aqui a expressão, dizendo assim: *“As ONGs desapareceram, ganharam dinheiro em cima disso, e os cães estão lá”*. Os cães estão lá. Parece-me que isso revela o conceito que o senhor tem com relação aos animais. *“As ONGs desapareceram, e os cães estão lá.”*

Talvez o senhor não vá responder, até porque o advogado, o que é normal, já o alertou ali, mas se o senhor ainda não promoveu uma política pública voltada para controlar, desenvolver uma ação não somente para o controle desses animais, certamente há gatos ou outros animais que se relacionam no meio, de maneira que, quem sabe, esta seja uma grande oportunidade para talvez o senhor provar o contrário de todo esse conceito que se formou em cima da sua imagem, no sentido de que esse Município seja um exemplo para o resto do Brasil, porque o problema da inexistência de políticas públicas também voltadas para os animais existe praticamente na maioria dos Municípios da nossa Nação.

Então, eu perguntaria para o senhor se ainda não se tomou uma iniciativa. O senhor não vai responder. Entendeu? Talvez daqui para frente, Prefeito, o senhor poderia tomar uma iniciativa assim. Talvez seja um problema que não foi o senhor



que criou, como o senhor mesmo externou. Mas, a partir daqui, então, há especialistas na área que poderão promover... Não dá para dizer: *“Não, mas a responsabilidade é da União, a responsabilidade é do Estado”*. Não. A responsabilidade é de todos nós. É de todos nós, entende, Prefeito? Talvez, a partir desse exemplo, nós possamos...

Eu cito aqui o caso dos imigrantes que fogem da Síria, da ditadura da Síria, e o mal que aquela repórter fez para aquela família, derrubando o homem. Aquele mal se transformou num bem para ele, porque ele se transformou numa personalidade mundial, foi recebido na Espanha, com emprego. Então, muitas vezes, a vida nos dá oportunidades para que nós transformemos um mal num grande bem.

E a intenção desta Comissão é justamente ter uma ação muito mais pedagógica, para que nós possamos implementar políticas públicas para amenizar o sofrimento dos animais no nosso Brasil.

Seria isso, Presidente.

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Deputado, como eu disse, nós tomamos algumas providências. Procuramos a Universidade Federal Rural, procuramos o controle de zoonoses do Estado, procuramos o Ministério Público, só que a coisa não aconteceu. O que nós estamos fazendo no Município é a castração química. Na castração química, o veterinário vai às residências, alguns entregam o cão para ser castrado, outros não, mas os cães errantes, que estão na rua, não tem como. Ninguém no Município de Santa Cruz vai pegar um cão de rua para fazer a castração, nem funcionário, nem população. O povo de Santa Cruz, depois desse acontecimento, não quer se envolver mais em nenhum tipo de procedimento, porque isso sujou a imagem do Município, do Prefeito e da própria população de Santa Cruz. Mas as providências estão sendo tomadas. Ontem, eu tive uma audiência e comunicamos o promotor para fazer a audiência pública, o Ministério Público fazer audiência com a gente e dizer: *“Olha, vocês podem laçar, vocês podem pegar o cão, vocês podem castrar, vocês podem fazer isso e aquilo”*, e aí nós vamos fazer, com uma autorização do Ministério Público. Fora disso, nós não vamos tomar nenhuma providência, porque vamos estar de novo nas redes sociais, e vão dizer que eu estou fazendo a mesma coisa, como estão me acusando de ter matado o cão, o que, na verdade, nem existiu, até porque, no Município, jamais um morador ia dar



um cão, jamais ele iria aceitar um político fazer uma atrocidade dessa. Isso não existe.

O SR. DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA - Tem canil público lá, Prefeito?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Não, Deputado, não tem.

O SR. DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA - Sabe, seria uma medida de iniciativa. Eu vejo que o senhor tem uma oportunidade para fazer uma bonita construção aí, Prefeito, porque, se a população... O senhor veja o aspecto pedagógico de tudo isso aí.

As informações que nós temos é que crianças saíram para laçar os cães. Parece que houve um espetáculo com o extermínio dos cães, levando esses animais a um sofrimento assim e tal. *“Ah, mas é um cachorro, é um cão!”* Hitler dizia: *“Ah, mas são judeus, são ciganos.”* Entendeu? *“É uma raça inferior, é uma espécie inferior.”*

Então, no século XXI, Prefeito, não dá para nós continuarmos convivendo com esse posicionamento de que há espécies que são inferiores, raças que são inferiores. Aqueles que mais podem são os que mais têm que fazer por aqueles que são, mesmo que seja uma espécie então inferior. Nós não temos o direito de instigar as crianças a sair caçando, sair enforcando, vibrando, como que seja um prêmio atirar o cão na água, e os animais ali desesperados. Um coração humano normal eu não sei como é que consegue vibrar com uma situação dessas.

Então, eu vejo que o senhor tem ainda um ano e meio do seu mandato. Eu vejo uma oportunidade, talvez uma iniciativa seria a construção de um canil público, e ir buscando conhecimentos técnicos. Lá há a universidade. Eu acho que é uma oportunidade que o senhor tem inclusive para tirar essa imagem ruim que colaram no senhor.

Vemos, pelo menos no semblante, o senhor mostra ser uma pessoa do bem. Então, eu acredito que o senhor tenha essa oportunidade de provar tudo ao contrário daquilo que consta nos autos e essas denúncias contra o senhor.

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Deputado, como o Dr. Humberto falou, eu queria colocar a realidade dos Municípios, principalmente do arquipélago do Marajó. É completamente diferente, poucos recursos. Tivesse a oportunidade de visitar os Municípios do arquipélago do Marajó, os senhores veriam,



in loco, a situação por que esse Município passa. Esquecimento total! Não se tem nem rua para se trafegar. Sabe-se que pavimentação é um custo alto, e a gente realmente não tem condições de fazer esse tipo de investimento, porque o Município não tem condições financeiras. O Município sobrevive só dos repasses constitucionais. Como a gente sabe, com essa crise, caiu 38% do Fundo de Participação dos Municípios, e todos os Prefeitos estão dispensando os seus funcionários, causando um outro problema social nesses Municípios que são muito pobres. Eu não vou ser leviano aqui e dizer para o senhor que nós vamos construir canil, isso e isso, porque realmente o Município não vai dar conta; e não só Santa Cruz, mas milhares de Municípios deste País. Para eu poder pavimentar 200 metros de rua, eu tive que entrar com uma liminar para conseguir 400 mil reais e pedir para o advogado dizer que pavimentação de rua é saneamento básico também, com drenagem e acessibilidade, porque o deficiente também trafega nas ruas. E o Governo não tem essa visão. Os Municípios que estão no CAUC não recebem recursos para pavimentação. Eu diria aqui que é uma briga dos Prefeitos do Norte, principalmente do Marajó. Nós temos dois Brasis: o Brasil do Sul e do Sudeste, e temos outro Brasil, do Norte e do Nordeste. Hoje, se você constrói uma creche aqui por um milhão de reais, é o mesmo valor que vai ser construído lá em Santa Cruz do Arari. Não tem como. Não existe. A mobilização de material é praticamente 40%. Então, são duas realidades no Brasil. Eu entendo que V.Exas. são Deputados aqui do Sul e do Sudeste, mas ainda não compreenderam a situação que a gente vive na nossa região. Os índices: o pior IDH do Brasil está no Marajó; o pior IDEB do Brasil está no Marajó; o pior PIB do Brasil está no Marajó. E até hoje não se tomou uma providência para sanear essa questão. Hoje, o Marajó é a África do Brasil, mas não se tomou nenhuma providência para sanear essa questão. E eu sou até favorável que o Marajó se torne um território, para que a gente possa, para que as pessoas possam dar uma atenção mais especial para a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de continuar as perguntas, eu queria colocar um vídeo, porque eu acho que vai ajudar os Parlamentares a lembrarem o caso.

(Exibição de vídeo.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Acho que com o primeiro vídeo já deu para esclarecer a história, para todo mundo ficar a par. Já ajuda nas perguntas.

Concedo a palavra à Deputada Tereza Cristina.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Bom dia, Presidente Izar, bom dia Prefeito, bom dia Dr. Humberto. Realmente, Prefeito, existe um erro. Foi cometido um erro. Eu não estou aqui para acusá-lo, mas as imagens são muito fortes e falam por si. Mas o que passou, passou. Não tem mais jeito, aconteceu. Se foi por um desespero de causa, se foi por falta de recursos, enfim, a maneira escolhida foi errada. Eu acho que ninguém tem dúvida disso aqui.

Acho também que o senhor deve estar arrependido de ter deixado que as coisas fossem por esse lado. Entendemos quando o senhor fala dos Brasis que nós temos dentro do Brasil. Eu o compreendo perfeitamente, mas acho que isso não pode ser desculpa para esse tipo de acontecimento.

Eu acho que o senhor tem uma boa oportunidade. Também compreendo e lhe dou razão quanto à situação dos Municípios e, principalmente, dos Municípios pobres do nosso Brasil. Eu sou do Centro-Oeste. A nossa situação é melhor do que a do Norte e do Nordeste, mas nós também temos Municípios muito pobres.

Eu acho que cabe a quem está no comando se reunir, pensar, procurar maneiras de resolver isso de uma forma menos cruel. Se foi a seu mando ou não, a verdade é que nós temos aí um vídeo que o expõe e deixa uma imagem sua que talvez não seja a imagem que o represente. Mas hoje é o que nós temos aí, e é a imagem que o Brasil tem a seu respeito.

Então, eu concordo com meu colega aqui: está na hora, talvez, de Santa Cruz dar o exemplo, de procurar caminhos. Eu sei que, sozinho, o senhor não vai conseguir. Eu entendo as razões, eu sei dos Municípios que vivem de repasses da União e dos Estados. Mas, de repente, em conjunto, vocês, lá daquela região, e nós, daqui de Brasília, podemos ajudar também a achar caminhos. Acho que o senhor teria que ser protagonista disso. Já aconteceu lá atrás: o senhor foi protagonista da maldade, da imagem ruim que ficou. Agora, o senhor tinha que ser o protagonista de arrumar o erro, de se redimir desse erro perante a população de Santa Cruz, do seu Estado e do Brasil. Como? Eu acho que, não esperando o Ministério Público, mas



provocando, através dos seus Vereadores, da sua Câmara, intimando-os a estarem lá para achar essa solução. Continuar da maneira como as coisas estão, não vai fazer bem nem a Santa Cruz, nem ao senhor, nem a sua imagem. Então, o senhor deve ser o protagonista disso, e não ficar dizendo *“Ah, em Santa Cruz ninguém mais pega os animais”*. Vamos arrumar uma maneira, tem de haver uma solução para esses animais. Sabemos do problema da leishmaniose, de todos os problemas, mas eu acho que o senhor tem que ser protagonista. Assim como houve coragem, talvez, para aquele ato impensado, agora o senhor deve ter coragem para também realizar ações positivas. Assim, o senhor se redime perante a sociedade da sua cidade. Eu tenho certeza de que, de repente, a gente comete atos impensados. Eu não imagino que o senhor tenha querido que os fatos chegassem ao que nós vimos aqui. Então, às vezes, Deus nos dá essa oportunidade de se redimir do mal que fez.

Eu acho que o senhor tem que procurar o Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura e encontrar caminhos lá no seu Estado. O Estado tem que ajudar. Agora, o senhor não pode é ficar na defensiva e continuar sofrendo esse tipo de coisas que estão escritas aqui: que o senhor está ocultando, que o senhor está intimidando testemunhas. Enfim, nós estamos lendo coisas muito sérias aqui.

Se esses fatos realmente não são dessa maneira, o senhor tem que ser protagonista e resolver o problema. Eu acho que tem que ser ponto de honra para o seu mandato e para a sua imagem, se o senhor quiser continuar na política. Pelas mídias existentes hoje, nós estamos expostos, todo dia, por todos os nossos atos como pessoas públicas. E eu tenho a impressão de que o senhor não quer ficar com essa pecha para o resto da sua vida.

Então, Prefeito, eu acho que está na hora de o senhor abrir, dar transparência, se deixar ajudador e pedir ajuda para resolver esse problema, que é tão ruim para a imagem do seu Município e para a sua própria imagem. Era o que eu tinha a dizer. Eu acho que os fatos estão ali e não me cabe fazer mais nenhuma pergunta ao senhor.

Muito obrigada.

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Eu a compreendo, Deputada. Inclusive, eu já disse aqui que nós já tomamos algumas providências, inclusive essa que a senhora citou de procurar o Ministério Público. Procuramos,



junto com a UFRA e com a Zoonose do Estado, para fazer uma audiência pública para o Ministério Público ver a situação e autorizar que a própria UFRA, o Município e a Zoonose do Estado possam tratar desses cães. Só que até hoje não tivemos resposta do Ministério Público. Por isso não foram tomadas outras providências. Mas, em relação à castração, nós estamos fazendo a castração química. Mas são poucos cães, porque o veterinário vai a casa. Mas os cães errantes ficam nas ruas, porque nem as entidades públicas querem capturar cães de rua. Como eu disse à reportagem agora em Belém, a Zoonose de Belém disse que são 30 mil cães nas ruas de Belém, mas que eles não vão pegar esses cães para levar porque eles não têm estrutura para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria lembrar aos Deputados que o depoente está sob a proteção de *habeas corpus* expedido pela Excelentíssima. Sra. Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, o que garante ao investigado o direito ao silêncio, à assistência por advogado durante este ato, a não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos com esse conteúdo e a não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.

Com a palavra o Deputado Adilton Sachetti.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Prefeito Marcelo. Bom dia, demais Deputados presentes. Eu quero só ampliar o que disse a Deputada Tereza Cristina e falar um pouco sobre os brasis que nós temos. Realmente o Brasil é um País de tamanho continental, que possui culturas e realidades distintas.

Mas não podemos, entre outras coisas, deixar que o tamanho do País e essa diversidade cultural e regional se sobreponham. Nós, que estamos na gestão pública, ao tomarmos decisões temos que observar certos preceitos, principalmente quando essas decisões envolvem pessoas e animais. Eu acho que não há erro que não possa ser reparado. Mesmo que não tenha sido a mando do senhor, orientado pelo senhor, pelas imagens que ali aparecem não é possível negar que houve um problema, e um problema gravíssimo.

Esta CPI tem o objetivo também de buscar fazer com que se mude a cultura no nosso País.



Outro dia eu ouvi aqui de um colega uma colocação muito própria: “*Cultura a gente tem que substituir por outra cultura.*” Se há cultura de maus-tratos a animais, precisamos substituí-la pela cultura dos bons tratos e respeito aos animais.

Sabemos da realidade atual de doenças transmitidas por animais que ficam soltos nas ruas. Na cidade em que eu fui Prefeito nós tínhamos um problema gravíssimo de leishmaniose transmitida por cachorros. Mas há maneiras de se fazer o controle necessário para que essa doença não se propague. Há formas de se fazer isso sem agredir, humilhar os animais e constranger quem vê as imagens que vimos ali.

Então, eu acho que não precisa esperar o Ministério Público, como disse a Deputada Tereza Cristina. Quem errou pode passar à condição de protagonista de uma mudança cultural. O senhor pode fazer isso. Cultura se substitui por cultura: a cultura do bem-estar, a cultura do respeito. Eu acho que esta é uma grande oportunidade.

Não estou aqui para fazer juízo de valor da sua decisão. Acho que o que está ali por si só já diz que houve um erro, e gravíssimo, mas é preciso buscar outro caminho. V.Sa. tem essa oportunidade, porque ainda é gestor. Mesmo o Município tendo dificuldades, é possível promover uma mudança cultural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Arnaldo Jordy não está presente.

Com a palavra o Deputado Carlos Gomes.

O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu sou nordestino, Prefeito Marcelo. Até os 13 anos, vivi na Bahia. A minha relação com os animais sempre foi muito respeitosa, inclusive aqueles que nos serviam.

Nós tivemos uma audiência aqui para tratar dos maus-tratos aos jegues que hoje estão abandonados. Os jegues já me ajudaram bastante a carregar carga, pegar água. Olhe que eu já passei fome, Prefeito, já pedi esmola, já comi coisa do chão. Estou dizendo isso ao senhor porque o momento difícil e a pobreza não tornam uma pessoa ruim ou má, ao contrário, eu sempre respeitei os animais.

Veio-me à mente, Deputado Ricardo Izar, que no extremo da pobreza nós tínhamos uma cadela com o nome de Amazona. Em casa, com 10 filhos, todos



passando fome, o pai ganhava — quando ganhava — um salário. Se para nós já era difícil comer, imagine para a coitada da cadela. Ela caçava, vinha com um tatu na boca e trazia para casa. Nós dividíamos com ela.

Eu estou falando isso porque a relação entre homem e animal sempre foi assim. Quando Deus fez tudo — eu estava ouvindo o Deputado Ronaldo Nogueira falar sobre a criação —, por último fez o homem só para dar nome aos animais e cuidar deles. Quando houve a destruição, pela primeira vez, quando salvou as espécies com Noé, havia um casal de cada espécie de animal com ele. A nossa relação com os animais é muito antiga. A parceria homem/animal tem que perdurar e tem que ser respeitosa.

Hoje sou Deputado pelo Rio Grande do Sul, que tem outra realidade econômica e cultural. Mas, apesar de toda a situação difícil que o seu Município enfrenta — evidentemente, são tantas as suas responsabilidades que o Prefeito tem que eleger prioridades, e mesmo assim ainda faltam recursos —, eu acredito que foi uma ação, no mínimo, desastrosa. Acho que no momento foi o que veio à sua mente fazer para tentar dar uma resposta a tantas reclamações que talvez lhe estivessem chegando. Eu não sei se realmente foi assim, mas o que pude perceber foi que V.Sa. pagou pessoas para capturar esses animais.

E as pessoas, para obter algum recurso, foram lá e os capturaram de qualquer maneira. E foi um desastre. Mas isso já era anunciado. Isso em algum momento aconteceria. Acontece pela posse irresponsável de animais por pessoas. Acontece porque em momento algum se pensou em políticas públicas para tratar desse caso porque os Municípios não têm resposta para tudo, principalmente com a concentração de todo o dinheiro em Brasília. Mas nada disso justifica o que aconteceu na sua cidade.

Mas, como já foi dito aqui, nós temos que aproveitar este momento, esta discussão, Deputado Ricardo Izar, para tirar uma boa lição. Os japoneses são uma população que eu amo de paixão — eles evoluíram a partir de tragédias. O Japão foi destruído algumas vezes — uma tragédia.

E o que aconteceu na sua cidade em relação aos animais foi uma tragédia. Uma tragédia que poderia ter sido evitada.



Então, vamos aprender com essa tragédia. Esta Comissão existe para apurar os fatos e responsabilizar eventuais culpados, mas também, acredito, para ajudar. E eu me coloco à sua disposição — acredito que também os demais Deputados membros desta Comissão — se for preciso ir a algum Ministério para tratar desse caso decentemente. Não sei se V.Sa. tem animais, se tem cachorro. Se fosse a minha Sandy eu não sei o que faria.

Então, eu quero dizer que eu sou parceiro para ajudá-lo na sua dificuldade, mas, como foi dito, vamos aprender com essa tragédia, que pode voltar a acontecer — Deus queira que não — em outros Municípios por atitudes equivocadas. Vamos aprender e criar políticas públicas para organizar isso. Precisamos respeitar os animais, que nos fazem tão bem e nos tratam tão bem.

Era a fala que eu gostaria de fazer, Deputado. E faço força para não me emocionar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Sérgio Moraes.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Deputado Ricardo Izar, nós temos uma caminhada longa — V.Exa. é novo nesta Casa, mas seu pai me ensinou muito, me ajudou muito. Então, vejo V.Exa. como a pessoa indicada para presidir esta CPI.

Prefeito, eu fui Prefeito por dois mandatos. Eu sou totalmente defensor dos animais. Na sequência eu vou lhe dizer o que eu faço pelos animais e não o que eu digo. Eu aprendi algumas coisas quando estava na Prefeitura. Às vezes as pessoas ligavam para a Prefeitura ou para a emissora de rádio para dizer: *“Olha, Prefeito, está cheio de lixo aqui no meu bairro. Jogaram lixo aqui na rua.”* Mas não era o povo do centro da cidade que ia lá jogar lixo na rua, eram eles mesmos que jogavam lixo na rua.

Quando ligavam para mim reclamando dos animais eu dizia: *“Quem está levando esses animais para o bairro?” “Não, são os animais daqui do bairro mesmo.”* “Bom, vocês mesmos levaram os animais e agora querem que o Prefeito resolva o problema.”

Quero com isso dizer que não adianta pregar o Prefeito na cruz. Eu fui Prefeito e sei das dificuldades. Jamais tomaria essa decisão que V.Exa. tomou;



jamais. Na minha casa, hoje, eu tenho uma filha chamada Laura, que está fazendo 18 anos. A Laurinha é apaixonada por cães e os recolhe na rua.

Lá na minha casa — eu moro no interior, o que facilita — eu não sei se nós já temos 19 ou 20 cachorros de rua. Eles vão chegando e ela os vai levando ao veterinário, vai cuidando deles. Depois a gente fica com dó de passá-los para frente. Quando eu digo “a gente” eu não estou falando só dela, mas de mim também, porque os animais falam.

Se V.Exa. um dia pegar um cachorro massacrado, atirado, judiado e ampará-lo, olhe no olho dele na hora em que for ampará-lo. Compare depois de 1 mês e verá a gratidão desse animal a quem o socorreu. Eles, ao verem essa pessoa não se contentam em latir. Eles pulam, querem lambe a mão, não se contentam com pouco, querem fazer muito. Essa situação é diferente da do cachorro que a gente cria em casa, que é bem cuidado. O cachorro bem cuidado faz uma festinha e está tudo certo. O cachorro abandonado fica horas ou minutos tentando lhe dizer: *“Olha, muito obrigado, que bom!”* E isso se repete a cada vez que você chega. Se a pessoa sair de casa cinco vezes por dia, todas as vezes que voltar, eles farão a mesma demonstração de carinho. Então, os animais falam, falam com os olhos.

Eu fui criado no interior. Meu pai só teve uma profissão: tropeiro. Creio que eu tropeei junto com o meu pai dos 10 aos 14 anos. Lembro que só andava a cavalo. No nosso lugar não existia automóvel, não existia energia elétrica. E saibam que eu, no começo, batia nos animais, porque era o ensinamento que eu tinha recebido. O meu avô batia no cavalo, o meu pai batia no cavalo, eu via aquilo e batia também. Então, às vezes trazemos a cultura de casa.

Na minha época eu já não fazia isso, mas amigos meus lá da minha região andavam com bodoque para matar passarinhos. Hoje não se vê mais isso porque os filhos são educados a não fazerem isso com os animais. É cultura. As pessoas vão amadurecendo e aprendendo.

Voltando ao cavalo. Quando eu me dei conta de que o cavalo não precisava apanhar para me servir, para me carregar, para me transportar, eu tive um cavalo chamado Xerife. E eu criei, ensinei esse cavalo — eu mesmo — com todo o carinho possível. Eu chamava o cavalo pelo nome e ele vinha. Quando eu ia aos rodeios — lá não há vaquejada, no Sul há rodeios —, o cavalo me acompanhava, mesmo sem



corda. Ao encilhar o cavalo, se eu andasse caminhando no meio do povo, ele andava atrás. Sempre me acompanhava como se fosse um cão, porque o cavalo entendia o carinho que eu podia oferecer.

Hoje eu tenho uma arara legalizada. No Sul não tem arara, é uma arara de cativado, que eu peguei ainda filhote. Ela não vive em gaiola, não tem asa cortada, é livre. Como eu moro no interior, há como fazer passeios. E ela vive dentro de casa, não tem gaiola. A casa dela é em cima de um sofá que eu tenho na cozinha. Ali ela para. Mas pessoas dizem para mim: *“Mas, Sérgio, como é que esse bicho é tão dócil?”* Ela se chama Maria. A gente diz para ela: *“Tchau, Maria.”* Ela faz assim com a mão: *“Tchau, tchau”*. Ou seja, o bicho aprendeu tudo. E as pessoas me perguntam: *“Mas como é que você conseguiu? Quem a domou, quem a domesticou?”* Ninguém! O carinho e a dedicação que nós damos na família a ela a transformou num bicho extremamente dócil.

Nós sabemos que as queimadas matam muito mais animais silvestres do que V.Sa., se porventura cometeu esse crime. Eu não posso acusá-lo porque não sei, não tenho o hábito de acusar sem conhecimento de causa. As queimadas matam muito mais. Tem muito mais coisas acontecendo neste País, e mesmo que tenha V.Sa. cometido esse crime — e aqui já foi dito por outros companheiros —, não deixou de prestar um serviço para a Nação, porque agora está havendo um movimento.

Ontem, na Comissão de Agricultura, Deputado Valdir Colatto, nós estávamos falando sobre um projeto para aumentar a pena para crimes de maus-tratos. Eu acho que no futuro a sua atitude, se porventura a cometeu, tem que ser punida, mas também é preciso ver o outro lado, porque isso ajudou para que outros e para que todos nós pudéssemos tomar atitudes mais drásticas.

Esta Casa é a maior culpada de os animais receberem maus-tratos, porque aqui a gente discursa, discursa e fica por isso mesmo. Não pense o senhor que daqui para frente vai sair uma lei e vai haver um juizado, como eu propus ontem, para julgar e punir de forma imediata quem maltrata animais. Não vai sair, não. Há muita conversa nesta Casa. Por sorte, nós temos Deputados como o Deputado Ricardo Izar e outros que aqui estão lutando, nadando contra a correnteza, porque é muito difícil, nesta Casa, se tomar uma decisão assim.



Este Brasil é todo na contramão. Se uma criança está morrendo numa localidade, invente de pedir um helicóptero que o Governo não vão lhe dar, vão inventar mil desculpas e a criança vai morrer. Agora, se encalhar uma baleia no oceano vão dez helicópteros do Governo, vai todo mundo lá bater fotos e aparecer perto da baleia. Então, o Brasil é todo na contramão.

Eu não sou membro da CPI e não o estou acusando, estou apenas lhe dizendo que, se os animais falam, eles sabem. E reza a lenda que quando nós morremos somos julgados por todos os lugares por onde passamos, por todos os que tiveram oportunidade de conviver conosco. Se o senhor realmente cometeu esse crime, quando passar pelo julgamento dos cachorros, estará ferrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Sérgio Moraes. O projeto, ontem, foi aprovado na Comissão. Eu sou o autor do projeto e quero agradecer pelo apoio.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu participei do início da sessão deliberativa da CPI, mas não pude acompanhar, porque tive que acompanhar outras ações nas outras Comissões, o depoimento do Sr. Prefeito Marcelo. O que sei é pelo que li ou vi, não conheço bem a história, e não pude ouvir o depoimento de defesa do Sr. Marcelo. Mas eu não vou entrar no mérito, porque eu acho que a CPI tem o cuidado de esclarecer os fatos, buscar a verdade e depois tomar a decisão no relatório final — é assim que a CPI funciona —, encaminhando a quem de direito e solicitando as providências em relação aos culpados.

Sr. Presidente, quando posso eu caminho de manhã por Brasília. Hoje, na minha caminhada, chamou-me a atenção — fotógrafo curioso que sou — um painel que dizia assim: *“Não deixe seu cão fazer cocô na grama. Seja educado”*. Foi lá na CLN 102. No cartaz tinha um cão juntando o seu cocô, como exemplo do que tem que ser feito. Muita gente leva o cachorro para passear, ele faz cocô lá e a pessoa



não junta, como é regra e mandam os bons costumes também na questão ambiental, porque é um crime ambiental não o fazer.

Então, a gente vai observando todo esse processo.

Nós que militamos na agricultura temos uma preocupação — o Deputado Sérgio colocou a questão das zoonoses — com as doenças animais. Na agricultura se tem um cuidado fantástico com isso. Suínos, aves, bovinos, qualquer tipo de animal recebe um cuidado muito maior do que as pessoas. Eu venho de Santa Catarina, lá essa é a nossa briga. Muitas vezes dizemos para as empresas que elas têm lá mais cuidado com os suínos, com as aves do que com o dono. Um aviário hoje tem ar-condicionado, tudo dentro dos conformes. Eu estive na Cooperativa Aurora. É um grande cuidado, o ar é nebulização para manter a temperatura, etc., e para o dono da propriedade, às vezes, o banheiro fica lá fora. Ele não tem banheiro dentro de casa, não tem ar-condicionado, sua casa não tem a mínima característica da instalação dos animais. Nós temos que cuidar dos animais, mas eu acho que não devemos humanizar os animais, porque é uma coisa diferente. Não vamos entrar nessa discussão, mas temos que trabalhar.

Sr. Prefeito, seu ato, claramente, pelos fatos que estão sendo colocados aqui, foi errado. Mas, Sr. Presidente, nós temos, se nada mudou, 5.565 Municípios no Brasil. Tenho certeza de que problema igual ou semelhante ao do Prefeito Marcelo há em todos os Municípios brasileiros. Então, na verdade nós temos um problema e o desafio de buscar solução para ele.

Quem viaja para o exterior, quem vai para a Europa, não vê cão na rua. Eles já resolveram os seus problemas em relação a isso. Talvez nós tenhamos que ir lá pegar o exemplo do que eles fizeram para termos esse cuidado. Eu sei que lá na Europa todos os cães têm *chips* com a identificação dos proprietários, dos donos. E aí do proprietário se o seu cão for encontrado na rua. É um crime ambiental, é uma acusação criminal que ele recebe. Não se vê cão na rua por lá.

Agora, não é justo jogar a responsabilidade de resolver o problema para os Prefeitos. Acho que os proprietários, as pessoas que criam esses cães têm a responsabilidade de cuidar deles, assim como o dono do boi ou do suíno tem essa responsabilidade. Se o animal for para a estrada e causar acidente de trânsito, o



proprietário é responsável e deve ser multado, criminalizado. Com os cães não há essa condição.

Então, nós temos que pôr regra no jogo. Acho que é função desta Casa pôr regra no jogo para que o Prefeito saiba o que fazer. Ele hoje não sabe o que fazer. Como ele vai enquadrar na legislação, na lei aquilo que tem que fazer para tomar uma decisão para resolver esse problema que, tenho certeza, está trazendo dificuldades para a população do seu Município?

Eu vejo — todos nós falamos com os Prefeitos — que a maioria dos Prefeitos tem esse problema. Os voluntários se envolvem com isso e acabam trazendo um problema seriíssimo para ele, porque começa a se avolumar a situação de ter que cuidar dos animais e ele não sabe mais o que fazer. Eu conheço pessoas assim em Santa Catarina, como um veterinário amigo meu que se dispôs a cuidar dos animais. Um dia, à noite, apareceram 16 cães no pátio dele. E ele perguntou: *“Deputado, o que eu faço? Eu não tenho dinheiro para pagar a comida, para fazer o tratamento. Ajude-me!”* Assim há vários exemplos no Brasil.

Então, eu acho que esta CPI tem que levantar os problemas, sim, mas tem que apontar soluções legislativas para podermos resolver isso. Senão vamos ficar, como disse aqui o Deputado Sérgio Moraes, enrolando, empurrando com a barriga o problema, sem nunca contribuir para a sua solução.

Eu queria deixar bem claro que existe esse problema. Eu vi uma estatística de que as torres eólicas — energia limpa — são as que mais matam pássaros no Brasil. São milhões de pássaros. Eu vi as estatísticas e não acreditei, são 36 milhões de pássaros por ano. E as torres são as maiores responsáveis. E no trânsito, quantos animais morrem? São cães, gatos, todo tipo de animal. Esse é um problema que nós temos que resolver.

Além disso, não há controle nenhum de zoonoses. Onde anda o cão de rua? Anda no lixão, anda aqui e lá transmitindo, levando, sendo portador de doenças. E nós não temos controle nenhum. Agora, se você vê um suíno ou uma ave lá, alguma coisa assim, meu Deus, cai o mundo. Vem o pessoal do exterior fazer vistoria e condenar o País ou o Estado, que aí não pode mais exportar, não pode não sei o quê. Então, eu acho que nós temos que ter esse cuidado.



Também temos que trazer para dentro desta Comissão os bons exemplos, os exemplos de bons tratos a animais. Não podemos ficar achando que todo mundo é bandido, que ninguém gosta de animal, que todo mundo pratica ações criminosas contra animais. Devemos, sim, pensar em soluções.

Tenho certeza de que todos os Prefeitos do Brasil têm esse problema que o Prefeito tem lá. É claro que a ação dele foi radical, mas os Prefeitos têm esse problema. O próprio Deputado Ricardo Izar disse que São Paulo há um hospital de cães. Então, São Paulo tem o SUS dos cães. Quem sabe nós mandamos para lá, se tivermos, cães doentes? O nosso Presidente está recebendo lá em São Paulo, é só cadastrar e mandar para lá. Talvez seja uma dessas soluções que nós temos que adotar.

Nessa questão de maus-tratos a animais, realmente, nós temos que trabalhar. Aqui há um requerimento do Deputado Marcos Montes para mostrar o outro lado, dos cuidados que se têm com os animais, por exemplo, nos rodeios. Quem não conhece rodeio? Ontem foi aniversário da Revolução Farroupilha. Há um projeto de lei do Deputado Ricardo Tripoli para acabar com os rodeios. Se você for ver as regras que os rodeios têm, vai ver que não há maus-tratos, mas a lida do campo, que é normal, igual às outras.

Eu tenho um projeto, Sr. Presidente, que está tramitando na Casa, para obrigar a colocar *chips* em todos os cães do Brasil. O problema é com o cão abandonado, que não tem dono. Como é que se faz? Joga-se na mão dos Prefeitos. Não é justo.

Se eles têm que assumir essa responsabilidade, se é uma questão nacional, nós temos que colocar o recurso devido para que eles possam contratar veterinário e ter as estruturas para atender a esse problema. Eu não sei quantos são, mas vamos imaginar que sejam, como aqui foi dito, 30 mil cães em Belém. O Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL, foi Prefeito lá. Eu não sei como ele resolveu isso. Como abrigar 30 mil cães e resolver esse problema? Temos que achar uma saída prática para que realmente existam recursos para buscarmos solução para o problema. Talvez adotar o exemplo da Europa para solucionar o problema.



O Prefeito, desesperado, não ia fazer porque queria, mas porque tinha um problema. Certamente, ele tinha a pressão da população para resolver o problema. Resolveu do jeito errado, mas foi buscar uma solução dentro do seu entendimento.

Então, Sr. Presidente, preocupa-me que no relatório tenhamos a solução para essa questão e para as outras de maus-tratos a animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria complementar a fala do Deputado Valdir Colatto. Isso deixa claro que faltam políticas públicas no Brasil para a questão do controle populacional de animais.

Havia um requerimento de minha autoria convocando aqui o Ministro. Eles pediram para mudar, deixar mais para frente. Venho tentando falar, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Animais, há mais de 4 anos com o Ministro da Saúde, Deputado, e nunca fui recebido. Há 2 anos eu tento falar com o Dr. Leopoldo, que veio aqui. Agora ele está querendo nos atender, porque íamos convocar o Ministro para vir aqui. O Ministério da Saúde é responsável, sim.

O seu projeto de “microchipagem” é muito importante. Mas, além da “microchipagem”, é importante que existam recursos para a castração de animais, para controlarmos a superpopulação de animais. Por exemplo, os 30 mil cães do Pará, se conseguirmos castrar grande parte, a população irá se reduzir ao longo do tempo, em vez de crescer. Isso é importante, porque cada casal de cachorros de rua gera 10 mil descendentes diretos em 10 anos. É uma quantidade muito grande! E com isso vemos o crescimento da leishmaniose, como foi dito aqui, e de tantas outras coisas.

Existem Prefeituras que já dão exemplo no Brasil, como é o caso do Deputado Herculano Passos, quando foi Prefeito em Itu, e da Sra. Regina Becker, em Porto Alegre, com políticas públicas de castração em massa. Isso é importante. Vemos em Porto Alegre a população decrescente de cães. É um ponto positivo.

Eu tenho umas perguntas para o Prefeito. Nós assistimos ao vídeo, e no vídeo havia um barco. Aquele barco era da Prefeitura. O senhor confirma que o barco era da Prefeitura?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Como eu disse, por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio, até porque eu ainda



não fui ouvido. Esses questionamentos estão todos no processo. Eu ainda não fui ouvido pelo Judiciário. E ainda falta ouvir uma testemunha de acusação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - De qualquer forma, eu queria fazer algumas perguntas. O senhor não precisa responder; mas, se o senhor puder responder, vai ajudar bastante. Quem comandava o barco era um funcionário da Prefeitura?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Também está dentro dos autos. Eu mantenho o silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A reportagem diz que o senhor pagava 5 reais por cão capturado, vivo ou morto, e 10 reais por cadela. O senhor confirma esta informação?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Isso não procede.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, eu não vou lhe perguntar de onde vinha o dinheiro, se era seu ou se era da Prefeitura.

O senhor sabia que a Constituição diz que é dever do Estado preservar a fauna?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Delegado de Santa Cruz do Arari na época era seu irmão?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Era parente do senhor?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E por que ele não quis fazer o boletim de ocorrência e foi feito em outra cidade? O senhor sabe disso?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Não sei por quê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor conhece o Aragonei dos Santos Bandeira, testemunha que falou ali no vídeo e que estava com os pontos na cabeça?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor ameaçou de alguma forma o Aragonei?



O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Está nos autos. Os Deputados têm os autos aqui. Ele já prestou depoimento. Está tudo lá. Foi confirmado que eu não ameacei ninguém. Já até me pronunciei sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Promotor que veio aqui, no depoimento anterior, disse que as testemunhas deram o primeiro depoimento, talvez com algum tipo de receio, dizendo que o senhor não tinha nada a ver com o caso. Mas depois, quando eles estavam sob a proteção de testemunhas, mudaram a versão, disseram que foram ameaçados. O senhor ameaçou alguma das testemunhas?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Não, está no depoimento deles que eu não ameacei ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É verdade que o Sr. Aragonei dos Santos Bandeira está no programa de proteção à testemunha?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor conheceu o Lucas Pardauil?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ele era uma das testemunhas do caso.

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ele foi assassinado?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Houve um homicídio no Município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E não teve nada a ver com o senhor?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Graças a Deus! Só deu o azar de ter sido assassinado. E tem o depoimento também da mãe dele, em que foram feitas essas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor tinha algum tipo de parente empregado na Prefeitura na época do incidente?



O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Olha, Santa Cruz do Arari é uma sesmaria Plácido Pamplona. Praticamente 80% da população são Pamplona. Deve haver vários deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quantos cães foram mortos?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aquelas imagens que a gente viu dos cães boiando não eram de cães de Santa Cruz do Arari?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Não sei nem onde foi feita essa imagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Como o senhor fazia as eutanásias dos cães em Santa Cruz do Arari, quando tinha que sacrificar algum cachorro?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Por orientação do advogado, ficarei em silêncio. Está tudo dentro dos autos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor tem algum cachorro em casa, na sua casa?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor faria a mesma coisa com esse seu animal?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Eu não fiz nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - De que forma o senhor divulgou para a população que era para serem capturados os animais?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio nas outras perguntas também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Qual é a população de Santa Cruz do Arari? Quantos habitantes tem Santa Cruz do Arari?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Nove mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, deve haver no máximo 3 mil animais na cidade, é isso?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - O advogado não quer que eu responda mais nada. Vou permanecer em silêncio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está bom. O senhor disse que os cães estavam lá e continuam lá ainda, no depoimento que o senhor fez recentemente. Mas a depoente que veio aqui recebeu, em Belém, 200 cães resgatados. E foram encontrados mais 200 cães mortos. Esses números estão certos? O senhor os confirma?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Não procede.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor disse que está fazendo castração química agora lá? Eu vou até dar um conselho para o senhor: a castração química é ruim para o animal, gera alguns problemas posteriores: tumores, etc. Então, se puder mudar para a castração cirúrgica será muito melhor.

Deputado Herculano Passos, V.Exa. queria fazer um questionamento, não é? V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Eu queria fazer um questionamento, mas com uma explicação anterior. Os cachorros são descendentes de lobos. E os lobos formam um grupo para a caça. Isso sempre foi assim. Eles não são individuais. Eles andam em grupos e caçam para sobreviver, para se alimentar. Com o tempo, os lobos se aproximaram dos homens. Os homens deram a eles um pouco de comida, restos de comida. E os lobos foram sendo domesticados com o tempo, em grande parte do tempo. Por isso se formaram tantas raças de cachorros. O homem foi separando e formando as raças de cachorros.

E eu vi no vídeo ali que os cachorros que foram capturados são pequenos. O senhor disse que os cachorros de rua, no inverno, não têm alimentação no campo. Foi dito isso. Ou seja, esses cachorros são tratados como lobos, porque eles se alimentam no campo quando eles têm alimento lá. Eles caçam em grupo. Eu não vejo que esses cachorros tenham essa capacidade, até pela raça que foi apresentada no vídeo, de se organizar e caçar qualquer tipo de caça. Acho muito difícil esses animais terem essa condição. E na cidade eles vão atrás de alimentos. Eu acho muito estranho esse depoimento. Entendo que os animais domesticados precisam... Hoje o melhor amigo do homem é o cachorro. A diversidade existe em vários lugares. Em São Paulo, todo homem de rua tem um cão — São Paulo tem pobreza também, não é só lá no Norte. Tem gente pedindo esmola nas ruas de São



Paulo. Quase todos os homens de rua têm um cachorro ao seu lado, que é o melhor amigo dele. E ele cuida do cachorro dele.

Então, eu entendo que é impropriedade essa afirmação de que esses cães são agressivos na cidade e no campo num período do ano, no inverno e no verão. Não concordo com esse posicionamento, com essa reflexão. Eu não conheço nenhum grupo de cachorros que se juntem e vão caçar, no campo ou na cidade, alimentos. Até porque hoje eles são cachorros que já foram domesticados.

Então, eu quero saber se o senhor confirma o seu pronunciamento de que em uma época do ano os animais vão caçar e em outra época do ano os animais ficam na cidade atacando pessoas, como foi dito aqui, e procurando alimento. É lógico que se o animal estiver passando fome vai procurar o seu jeito de resolver a sua situação. O animal irracional, o cachorro vai tentar fazer isso. Então, eu queria saber se o senhor confirma a tese de que os animais são ferozes para caçar e também para, na cidade, atacar pessoas e se alimentar de restos de comida, entrar nas casas. Eu queria esse depoimento.

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Já que ele está em silêncio, estou satisfeito com a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Carlos Ramos, eu queria atender a uma solicitação do Prefeito, que quer ir ao toalete.

Então, esperamos um pouquinho, e V.Exa. já faz os seus questionamentos.
(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Luiz Carlos, V.Exa. pode assumir a presidência um minutinho? É só porque eu também vou ao toalete.
(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Ramos) - Para ganharmos tempo, Prefeito, vamos à minha pergunta. O Deputado que me antecedeu falou que cultura se muda com cultura. Todo o depoimento que aconteceu aqui antes do seu — e eu cheguei depois — demonstra que, de tudo o que aconteceu, o senhor teve participação nos ou conhecimento dos fatos.



Eu vou lhe perguntar, não sei se pode responder: o senhor, como adolescente ou já adulto, e como político, depois de se tornar um político, qual era o seu comportamento? Já que existe esse processo de maus-tratos a animais, uma decisão que foi tomada lá, qual era o seu comportamento com os animais, como adolescente, como adulto e como político? Na campanha, qual era a sua maneira de agir, quando chegava a uma casa para uma reunião? Por vezes, quando chegamos a uma casa, há 10 cachorros ou gatos, e todos vêm em cima da gente. Como era o seu comportamento na rua, no corpo a corpo? Isso a sua cidade ou o seu Município deve ter visto, no seu dia a dia, na sua vivência de campanha. Como é que o senhor os tratava? Respeitava ou não esses animais? Como é que o senhor produzia isso?

Pergunto isso para podermos compreender se realmente essa decisão foi sua ou não foi sua; se foi uma decisão de grupo; se nesse fato a que as pessoas estão se reportando, de 300 cães virem a falecer — 104, acho que foram 104 —, teve participação da Prefeitura, do seu Município ou de outro Município. Como é que o senhor nos coloca essa situação, já que o senhor comprovou que tem um animal, um cachorro em casa?

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - A orientação do advogado é que eu fique em silêncio agora. O que eu tinha que esclarecer já esclareci aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Ramos) - Eu acho que, não tendo mais nada a tratar, vamos encerrar esta audiência pública. Vamos aguardar o Presidente, que está chegando. *(Pausa.)*

Presidente, eu já fiz a pergunta. Ele ficou calado.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Por favor, Deputado, conduza o final e encerre a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Ramos) - Estávamos aqui aguardando a sua presença.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu queria fazer uma pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Ramos) - Pois não.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - O que deu na cabeça do senhor ao fazer um negócio desses? O senhor estava muito nervoso no dia para tomar uma atitude dessas?



O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - A orientação do meu advogado é eu ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Ramos) - Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao convocado para suas manifestações finais e agradeço a presença do Sr. Marcelo José Beltrão Pamplona.

O SR. MARCELO JOSÉ BELTRÃO PAMPLONA - Eu queria agradecer ao Presidente e aos Srs. Deputados a oportunidade para prestar os esclarecimentos. Infelizmente, não posso me aprofundar mais, porque ainda está correndo o processo via judicial. Então, a gente preferiu ficar em silêncio em certas perguntas, para não prejudicar o processo, tendo em vista que tem testemunhas de acusação para serem ouvidas ainda. Eu acho que nesta CPI vai ser elaborado um documento — como um Deputado que estava aqui falou. Eu acho que também os donos de cães têm que ser responsabilizados, porque querem passar toda a atribuição para o poder público. Então, eu acho que, se tiver uma lei, quem tem cão tem que cuidar do seu cão. Eu cuido do meu, e muito bem: ele é vacinado, fica em casa. Então, acho que têm que responsabilizar aquelas pessoas que têm cão e os deixam na rua. E também aqui aproveito a oportunidade, tendo em vista que a gente já não está conseguindo muita coisa lá pelo Governo do Estado, devido a essa repercussão toda: que se acionem os Ministérios competentes para ajudar os Municípios, não só Santa Cruz, porque esse problema eu acho que é do Brasil todo. Devemos ajudar os Municípios. Falou-se aqui em políticas públicas. A gente faz políticas públicas com recursos financeiros. Então, eu acho que tem que fazer as políticas públicas, mas tem que ter o recurso, para que a gente possa fazer a política pública e dar conta das demandas no nosso Município. Como foi dito aqui, em São Paulo já tem hospital para cachorro, e hoje nos Municípios pequenos a gente consegue mal atender a população, principalmente em Municípios como o nosso, que têm fronteira com vários Municípios e tem que atender outros Municípios. Um frete de avião custa 2.500 reais. Só esta semana nós pagamos três aviões para levar pacientes para Belém. Então, toda política pública tem que ter recursos financeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Ramos) - Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para



o dia 22 de setembro de 2015, às 14h30min, em plenário a definir, quando contaremos com a presença dos Deputados Mandetta e Odorico Monteiro, que discorrerão sobre a Política Nacional de Vacinação contra a Leishmaniose animal. Está encerrada a reunião.